

Apresentação da Seção Especial Temática “HISTÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO: reformas, currículos, disciplinas e práticas”

Luciano Mendes de Faria Filho

**Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Belo Horizonte, Brasil**

Tarcísio Mauro Vago

**Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Belo Horizonte, Brasil**

Apresentação

A Seção Especial Temática “Histórias de Escolarização: reformas, currículos, disciplinas e práticas” tem o propósito de contribuir para a expansão da reflexão sobre processos de “escolarização do social” que levaram à afirmação de um novo molde escolar no Brasil e na Argentina, na primeira metade do século XX.

A noção de escolarização é de fundamental importância para o debate sobre tais processos. Assim, estamos aqui tomando como referência as proposições de Luciano Mendes de Faria Filho (2003) para um entendimento a respeito. Ao pensar esta noção, o autor remete a três movimentos, certamente enlaçados. O primeiro deles diz respeito “à paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimento como eixo articulador de seus sentidos e significados”. O segundo movimento põe em relevo o “estabelecimento de processos e políticas concernentes à organização de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados.” O terceiro movimento remete à discussão sobre “o ato ou efeito de tornar escolar”, ao “processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares”.

Com esta noção de “escolarização do social”, Faria Filho pondera sobre a necessidade de se dar atenção também às “conseqüências” sociais, culturais e políticas da escolarização,

abrangendo questões relacionadas ao letramento, ao reconhecimento ou não de competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil. Para tanto, tal noção pode ser articulada à configuração e definitiva afirmação do que Vicent, Lahire e Thin (2001) chamaram de “forma escolar”, ou seja, de uma forma especificamente escolar de socialização da infância e da juventude. Segundo eles, a configuração e difusão da instituição escolar no mundo moderno, realizou-se, também, pela crescente ampliação da influência desta muito além dos muros da escola. Para o estudo do fenômeno da “escolarização do social” também é particularmente importante a noção de “cultura escolar”, que permite articular, descrever e analisar os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo, como os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares.

Expandindo esta noção, Diana Gonçalves Vidal e Maurilane Souza Biccas (2008) consideram certamente necessário perceber a escolarização “como uma estratégia instaurada pelo Estado, mas não apenas”, defendendo então que é igualmente “importante atentar para os vários projetos educativos colocados em jogo por movimentos ou grupos sociais (movimento negro, igreja católica, lojas maçônicas, imigrantes, dentre outros), na criação de escolas, na definição de modelos educacionais e no funcionamento de iniciativas em permanente diálogo e negociação com os investimentos oficiais.”

Escrever histórias de escolarização é condição fundamental para pensar a emergência e a afirmação da escola como lugar produzido e legitimado para uma educação da infância, na primeira metade do século XX. É então que os textos que compõem esta Seção Especial Temática convidam para uma leitura de experiências diversas de escolarização, no Brasil e na Argentina, em que diferentes objetos são submetidos ao exame. O que os articula é o seu pertencimento a um intenso debate no campo da história da educação, que vem se realizando nos últimos anos. Eles realizam um esforço para escrutinar processos de escolarização que resultaram de (ou que produziram) reformas de ensino, prescrições de currículos, conformação de disciplinas e de práticas que dão contornos ao molde escolar que então se enraíza socialmente.

O texto de Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG) e Liane Maria Bertucci (UFPr), “Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização”, abre a Seção Especial Temática com um reflexão orientada pelas proposições deste importante historiador inglês, que mobilizando categorias originárias do marxismo de maneira historicizada, enfatizou a importância da análise da experiência humana para o estudo do indeterminado curso da história. O artigo propõe a discussão do processo de escolarização contemporâneo, partindo do pressuposto que ele acontece em contexto cultural complexo, marcado por diferentes tradições, o que permite pensar as culturas escolares como resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola.

Diana Gonçalves Vidal (USP) escreveu “No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares”, em que aborda três questões sobre sua compreensão dos aportes oferecidos pela categoria “cultura escolar” à investigação acadêmica e ao trabalho

do professor em sala de aula: a reflexão acerca da conservação e da inovação em educação; a atenção à cultura material como elemento constitutivo das práticas escolares; e a valorização dos sujeitos escolares como agentes sociais. Sua discussão teórica é articulada à análise de fotografias e a exemplos tomados do estudo histórico sobre a escola pública em São Paulo no século XIX.

Em “A escrita brasileira recente no âmbito de uma História das Disciplinas Escolares (1990-2008)”, Décio Gatti Júnior apresenta uma análise da produção histórico-educacional vinculada à temática da História das Disciplinas Escolares realizando um esforço de compreender os usos sociais das disciplinas nos diferentes níveis de ensino, trazendo evidências de que a renovação nos estudos em História e em História da Educação possibilitou uma compreensão da dialética existente na relação entre a particularidade das atividades desenvolvidas pelos indivíduos nas escolas e o que se passa mais amplamente na sociedade.

Analisar os debates em defesa do currículo humanista no ensino secundário brasileiro travados no período de 1920 a 1960 foi o movimento que fez Rosa Fátima de Souza (UNESP) em “A Renovação do Currículo do Ensino Secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920 – 1960)”. A autora tomou como fonte artigos publicados em periódicos de circulação nacional e textos de educadores que problematizaram a questão do humanismo como eixo norteador do currículo, pondo em evidência as posições de intelectuais diversos (católicos e liberais, por exemplo) e, também, as representações de professores do ensino secundário. Assim, examina como a noção de humanismo vai se transformando ao longo do século XX.

O processo de escolarização da língua francesa na instrução pública da província de Minas nas primeiras décadas do século XIX é o objeto de Rita Cristina Lima Lages e Silva (GEPHE/UFMG) em “O ensino de Francês em Minas Gerais nas primeiras décadas do Século XIX: os sujeitos escolares e a configuração de uma disciplina”. Sua análise está centrada na produção de uma legislação que institui o ensino da língua e promove o que ela chama de “passagem de uma prática cultural para um saber escolarizado”, destacando a organização escolar em que o ensino do francês é inserido, o papel dos sujeitos escolares na configuração dessa disciplina e as práticas de ensino nela envolvidas.

Realizar um contraste entre prescrições oficiais e modos de sua recepção em escolas é o propósito de Tarcísio Mauro Vago (UFMG) ao escrever “Sobre o ‘sonho glorioso de derramar sobre a infância mineira o balsamo vivificador do ensino público’: fragmentos de recepção da reforma do ensino primário em municípios das Minas Gerais (1911-1912)”. Essa reforma consolidou na educação mineira o molde dos grupos escolares, com um novo programa de ensino. Cotejá-la com os indícios de sua recepção pelos protagonistas envolvidos (diretores, inspetores, professores, pais, crianças) permitiu uma aproximação com mais detalhes de seu andamento, tentando captar seus modos de fazer a escola, nos conflitos, nas tensões, na adesão ou na recusa às proposições reformistas, deixando ver que a afirmação da escola realizou em meio a maneiras muito diversas de pensar, de organizar e de realizar suas práticas

O texto de Lausane Corrêa Pykosz (UEPG, Pr) e Marcus Aurelio Taborda de Oliveira (UFPr), que analisa “A Higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Estado do Paraná”, problematiza práticas escolares que incidem sobre o corpo. Mobilizando uma documentação bastante diversa, eles examinam a retórica da moralização, da higienização e da civilização dos costumes que tinham no corpo de crianças um dos elementos mais significativos de educação quando se afirmou naquele Estado o modelo dos grupos escolares como lugar para uma formação integral da infância nas primeiras décadas do séc. XX.

O debate sobre “El cuerpo en la escuela: los dispositivos de la sujeción” continua também neste texto de William Moreno Gómez. O autor parte de uma discussão sobre a dimensão estética e seu possível uso na análise de uma micro cultura escolar, particularmente com o que se relaciona com as práticas pedagógicas de intervenção no (e do) corpo no ambiente escolar. Introduce a idéia da escola como matriz social e considera a relação que mantém com os paradigmas sociais que orientam os processos de formação e conformação corporal. Analisando a relação e a diferenciação necessária entre compromisso motor, compromisso fisiológico e compromisso estético para sustentar uma possível abertura de uma análise sensível para compreender a lógica interna da conformação escolar dos corpos, o autor conclui que uma visada estética permite penetrar a dinâmica dos dispositivos de subjetivação corporal nos marcos da escola.

Pensar a escolarização em tantas expressões como as que aqui se tornam visíveis é uma maneira de pôr em causa os projetos de educação que foram postos em circulação nos começos do século XX. É também uma inspiração para problematizar os projetos de educação em disputa nestes inícios do século XXI.

Está aí o nosso convite.

Referências

- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, Thaís Nívea; VEIGA, Cynthia G. História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 77-97.
- VIDAL, Diana G. & BICCAS, Maurilane. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970) : Cultura e práticas escolares. In: VIDAL, Diana G. (Org.). Educação e reforma : o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte, MG: Argumentum; São Paulo: CNPq: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escola. Educação em Revista, Belo Horizonte, 2001.

Correspondência

Luciano Mendes de Faria Filho - Professor Associado da Faculdade de Educação da UFMG, do Programa de Pós-graduação em Educação e membro do GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisa em História da

Apresentação da Seção Especial Temática “Histórias de Escolarização”

Educação) na FaE/UFMG.

E-mail - lucianom@fae.ufmg.br

Tarcísio Mauro Vago - Professor Associado da Escola de Educação Física da UFMG, do Programa de Pós-graduação em Educação e membro do GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação) na FaE/UFMG.

E-mail - tmvago@gmail.com